

IV CONGRESSO LATINO AMERICANO DE OPINIÃO PÚBLICA DA WAPOR -
WORLD ASSOCIATION OF PUBLIC OPINION RESEARCH,
BELO HORIZONTE, BRASIL

AT 4: Opinião Pública, Campanha e Voto

“Urna eletrônica: mudanças no processo eleitoral e no comportamento dos eleitores.”

Helio Gastaldi – Diretor de Atendimento e Planejamento – IBOPE Inteligência
helio.gastaldi@ibope.com

Rosi Rosendo – Analista de Pesquisa – IBOPE Inteligência
rosi.rosendo@ibope.com

Palavras-chaves: urna eletrônica, votos brancos, votos nulos, abstenção, absenteísmo, comportamento do eleitor.

INTRODUÇÃO¹

O objetivo do artigo é analisar as recentes mudanças no processo eleitoral em consequência da utilização da urna eletrônica. Para isso, serão comparados resultados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral antes e depois da adoção da urna eletrônica. A hipótese a ser testada é de que, a partir do início da utilização das urnas eletrônicas no Brasil, importantes mudanças foram promovidas no processo eleitoral, e também no comportamento dos eleitores.

Este novo procedimento, ao mesmo tempo em que trouxe garantias ao processo – garantias essas que não eram possíveis com as urnas tradicionais, vulneráveis a fraudes e às ações de agentes locais, principalmente em regiões sob domínio ou influência de grupos que governavam praticamente sem oposição – introduziu uma série de dificuldades do ponto de vista do eleitor. Expressões como “currais eleitorais” e “voto de cabresto”, embora sejam usadas hoje de forma muito mais simbólica do que objetiva, referem-se a práticas ainda não de todo abolidas do nosso contexto eleitoral. A ocorrência de fraudes, se é que ainda existem, também é hoje muito mais restrita do que na forma como a votação se dava anteriormente.

Quanto ao eleitor, ele também encontrou uma situação diferente dentro da cabine de votação. Antes, deparava-se com uma lista com todos os nomes justapostos, para todos os cargos que estavam sendo disputados naquele momento. Agora, tem que registrar o número do candidato (em alguns casos do partido) para cada cargo. Estas alterações nos procedimentos trouxeram mudanças no patamar de votos brancos e nulos, e, mais expressivamente, nos patamares historicamente obtidos pelos candidatos minoritários, os chamados “nanicos”. Outrora beneficiados por decisões de última hora, e muitas vezes por votos acidentais, este tipo de candidato agora precisa contar com um eleitor decidido previamente a votar naquele candidato. Ainda sobre a decisão do voto, mesmo as escolhas de última hora beneficiam os candidatos de maior expressão, devido aos efeitos de recall dos números dos partidos.

SISTEMA ELEITORAL E COMPORTAMENTO DO ELEITOR

O sistema eleitoral brasileiro sofreu uma série de alterações desde a sua instituição, antes mesmo da Proclamação da República e, embora tenham sido construídas condições para

¹ Os autores agradecem Fatima Batista, Juliano Pereira dos Santos e Leandro Coelho pelas contribuições na coleta e organização dos dados analisados neste artigo.

o exercício do direito ao voto pelos cidadãos, ainda persistem características (problemáticas) que estiveram presentes na origem do sistema. Segundo Comparato (2000), a partir de 1945 e, principalmente dos anos 80 em diante, o grande desafio das classes dominantes foi o de manter-se no poder, sem que o povo assumisse o comando do Estado.

Esta afirmação parece contraditória, considerando que se trata de uma democracia representativa. De acordo com Manin, Przeworski e Stokes (2006), as eleições têm pelo menos duas funções: i) do ponto de vista do mandato, a seleção de bons políticos e, ii) do ponto de vista da prestação de contas, as eleições têm a função de responsabilizar o governo por suas ações passadas, o que acaba fazendo com que os políticos concentrem seus governos em políticas populistas e com maior visibilidade.

Além disso, para ser eleito, o político busca satisfazer determinados interesses de grupos específicos e, como também tem seus próprios, há o risco de que os interesses do conjunto daqueles que os elegeram não sejam plenamente satisfeitos. Contudo, há sempre a possibilidade de o político fazer crer que as alterações programáticas foram necessárias, garantindo com isso a sua reeleição.

O célebre trabalho de 1949 de Vitor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto” traz importantes contribuições para a compreensão de uma série de fenômenos de interesse para este artigo, como a compra de voto e as mais diversas formas de favorecimento com objetivos eleitorais.

A origem do coronelismo está no comando municipal ou regional exercido por grandes proprietários rurais, que tinham ao mesmo tempo influência econômica e social, agregando em si uma série de instituições (inclusive o poder de polícia). Eram os seus recursos que possibilitaram grande parte das melhorias no povoado ou município no qual atuavam.

A ajuda de custo dada pelo grande proprietário de terras aos eleitores da zona rural garantiu por muito tempo o comparecimento dessa parcela do eleitorado às urnas (“voto de cabresto”). Considerando-se a política local, pode-se dizer que este foi um motor decisivo para a eleição de candidatos apoiados por coronéis aos cargos locais.

“É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente” (LEAL, 1949, p. 57).

Sendo a propriedade e a riqueza as bases do poder, era necessário que os políticos locais tivessem recursos para a manutenção de um eleitorado economicamente dependente. Esse foi o contexto da criação dos primeiros partidos políticos, que teve como fundo partidário desde o início a contribuição de grandes empresas.

Outra forma de beneficiamento daqueles que suportavam as ambições políticas do coronel era o “filhotismo” e demais formas de apadrinhamento de certos indivíduos que passavam a ser incorporados à administração local.

Pelo fato de estar baseado em benefícios concretos, esse tipo de acordo dificilmente era mantido por mais de uma eleição, sendo que o pacto deveria ser constantemente refeito, em outros termos, sempre ancorado em recursos públicos. Cria-se, portanto, um sistema de reciprocidade em que aqueles que estão no poder alimentam a reprodução das relações que beneficiavam os políticos locais. Tal sistema inclusive determinava a distribuição dos recursos estaduais, na qual os aliados políticos locais e os municípios que administravam eram beneficiados.

Com o processo de urbanização, diminui a influência do proprietário de terras com o crescimento de novas lideranças urbanas, embora o fenômeno ainda esteja presente na política regional de todo o país, já que ainda persistem as condições para seu surgimento (“superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”, LEAL, 1949).

Analisando eleições municipais recentes (1996, 2000 e 2004), Avelar e Walter (2008) demonstram a permanência da política tradicional em municípios menores e com pior qualidade de vida.

“Uma das hipóteses correntes na literatura sobre a continuidade da dominação tradicional é o controle eleitoral municipal – antes, nas mãos dos coronéis; depois, daqueles ou de seus pares substitutos – sem que haja mudança nas práticas políticas de natureza clientelística.” (AVELAR e WALTER, 2008, p.101).

Contudo, enquanto as evidências apresentadas pelas autoras apontam que isso ainda se aplica às eleições municipais em municípios menores e predominantemente rurais, nos municípios mais desenvolvidos e nos pleitos estaduais, operam outras condicionantes da política, inclusive os relacionados ao crescimento dos partidos de esquerda.

“Em trabalho anterior, observamos que a competição eleitoral com maior grau de incerteza nos resultados tem ocorrido em centros urbanos maiores e nas regiões de maior desenvolvimento. Nas regiões mais “periféricas”, com forte poder local e regional, as disputas são mais previsíveis, mesmo porque, do ponto de vista ideológico, não há densas diferenças entre os partidos. Oligarquias regionais ainda se mantêm como realidade política.” (AVELAR e WALTER, 2008, p.141).

Apesar da crescente urbanização, das recentes mudanças no eleitorado (maior escolaridade, entrada da mulher no mercado de trabalho) e da expansão do associativismo mesmo nas áreas mais rurais que introduziram mudanças relevantes no comportamento do eleitor, ainda há traços de política tradicional em parcela significativa dos municípios brasileiros.

Há diversas formas de cometer fraudes eleitorais e muitos recursos são mobilizados nesse sentido pois, ainda hoje, temos por um lado elites políticas que exercem controle sobre parcelas da população e, por outro lado, eleitores com necessidades e interesses a satisfazer. Aliada à diminuição da influência da elite, a instituição do voto secreto foi um fator importante para a manutenção dos esquemas de compra de votos. Os benefícios passam a ser negociados, individual, mas sobretudo coletivamente.

O problema passa a ser como garantir que o eleitor cumpra a sua parte no acordo e realmente atribua o seu voto ao candidato que lhe ofereceu benefícios. Surge então a necessidade de desenvolver a percepção de uma relação mais permanente de favorecimento do eleitor, o que funciona perfeitamente na esfera local.

O VOTO E A ADOÇÃO DA URNA ELETRÔNICA NO BRASIL

A introdução da votação por urna eletrônica no Brasil ocorreu, em caráter de teste, nas eleições municipais de 1996, em 57 municípios (as capitais e aqueles com acima de 200 mil habitantes). Em seguida, em 1998, todos os municípios dos Estados de Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Roraima tiveram votação com a urna eletrônica, além dos municípios com mais de 40 mil eleitores.

Em um artigo de 2003, Speck discute o que chama de “voto comprado” como um tipo específico de voto encontrado em diversos países, inclusive no Brasil.

“É grande, porém a dificuldade em diagnosticar a extensão deste problema. Levantamentos qualitativos durante a mobilização confirmaram o panorama das trocas materiais nas quais se baseia a compra de votos, abrangendo remédios, sapatos, materiais de construção, iluminação para uma rua, um alvará para a construção, material escolar e inúmeros outros itens que poderiam constar numa cesta das necessidades básicas da população brasileira.” (Speck, 2003, p. 150).

A instituição da urna eletrônica no Brasil pode ser tratada como um ponto de inflexão na tradição de corrupção eleitoral, ao trazer maior transparência ao processo e reduzir os riscos de fraude na apuração dos votos, além de proporcionar ao eleitor maiores garantias quanto à lisura dos procedimentos. Todos os objetivos parecem ter sido cumpridos: apesar de algumas poucas denúncias, sem maiores evidências, e de algumas críticas, relacionadas principalmente à ausência de emissão de comprovante para o voto, o processo é tido como muito seguro.

Adicionalmente, o curto espaço de tempo para apuração de todos os resultados continua sendo destacado pela imprensa nacional e internacional como uma das maiores vantagens da votação eletrônica, já que com o novo sistema, desapareceu também a possibilidade de adulteração do voto após o fechamento das urnas, ou durante a fase de contagem de votos. Ali poderiam ser transformados em válidos parte dos votos brancos, e em nulos parte dos votos válidos de candidatos de outro grupo político, além de outras fraudes.

Os benefícios são também percebidos por candidatos e partidos, pelo fato dos resultados das eleições para presidente, governador e senador serem conhecidos no mesmo dia da votação e, em poucas horas, os vencedores das eleições para prefeitos, mesmo nos maiores municípios do país.

Desapareceu o “voto formiguinha” (chamado por alguns também de “voto carreirinha”), que consistia na captura de uma cédula oficial pelo cabo eleitoral, através da inserção de uma falsa na urna. A cédula verdadeira era entregue preenchida o próximo eleitor e assim sucessivamente, garantindo assim de maneira inequívoca a votação dos candidatos de interesse.

Existem muitas críticas e mesmo denúncias sobre fraudes que o acesso e controle aos mecanismos internos das urnas supostamente propiciam, mas não são verificados padrões que suportem tais afirmações. Para alguns, a inexistência de mecanismos que

garantam ao eleitor a consistência da segurança das urnas eletrônicas, assim como da permissão da Justiça Eleitoral para que sejam realizados testes de confiabilidade, são indicativos da fragilidade deste sistema².

De toda forma, embora sempre seja possível alguma ação isolada, em determinado local de votação, não se percebe qualquer procedimento que seja consistente e abrangente o suficiente para promover de fato mudanças no resultado das eleições. Os boletins de urna, distribuídos tão logo a votação se encerra, permitem o acompanhamento e checagem dos resultados após sua consolidação, ou seja, permite-se um controle contra manipulações do banco de dados desde o momento da encerramento da votação até a divulgação dos resultados.

Contudo, em outros aspectos da competição eleitoral, a adoção da urna eletrônica não se configurou como garantia para a lisura do processo. Assim como no cenário descrito por Vitor Nunes Leal (1949), a questão do financiamento partidário segue sendo um problema no Brasil de hoje, e apesar dos mecanismos de controle que foram sendo inseridos na legislação eleitoral, as doações ilegais para campanhas continuam sendo feitas de modo a garantir benefícios aos doadores quando da eleição dos candidatos apoiados, uma continuidade em relação à tradição clientelista.

As mudanças introduzidas no sistema eleitoral, como a nova mecânica que se estabeleceu entre o eleitor e os novos instrumentos e procedimentos para registro do voto trouxeram como consequência certas mudanças no comportamento do eleitor, que acabam impactando nos próprios resultados eleitorais. Passa a ser cada vez mais necessário que a decisão do voto aconteça antes do momento da votação, pois antes o voto era válido se fosse registrado apenas o nome do candidato e hoje é necessário que se conheça o seu número para que o voto lhe seja atribuído.

Tal mudança parece ter tido um impacto direto na proporção de votos de candidatos minoritários, os “nanicos”. Com o registro do voto na cédula em papel, estes candidatos eram beneficiados pelo menos de três maneiras: i) pelo voto decidido no último momento, já dentro da cabine de votação; ii) por eventuais erros cometidos pelo eleitor, que atribuía seu voto a um nanico quando na verdade tinha a intenção de votar em outro candidato

² Brunazzo Filho e Cortiz (2006) defendem a necessidade de impressão do voto, obedecendo ao seguinte procedimento: depois de votar, seria entregue ao eleitor o voto impresso gerado pela urna eletrônica. Após a conferência, sem contato manual, o voto impresso seria depositado em uma urna mantida à vista de todos. Após o encerramento da votação, haveria um sorteio de pelo menos 2% das urnas para uma contagem manual dos votos depositados, cujo resultado teria que coincidir com a tabulação dos votos eletrônicos.

qualquer e; iii) pelo erro do eleitor, que pretendia votar em candidato, de maior relevância, cujo nome se encontrava ao lado de um nanico mas, por engano, escolhia o candidato errado.

Jairo Nicolau (2004) analisou os resultados das eleições de 1998, comparando os municípios em que foi utilizada a urna eletrônica com aqueles em que a votação ocorreu de forma tradicional, com a cédula de papel. A primeira evidência apontada pelo autor diz respeito a uma menor proporção de votos brancos com a utilização da urna. Já nos votos nulos, o efeito foi diferente entre os cargos proporcionais e os majoritários. Nos proporcionais, tanto os votos brancos quanto os nulos reduziram-se significativamente com a urna. Já no voto para governador e presidente, o impacto se deu nos votos brancos, mas não nos nulos, nos quais houve até um aumento em sua proporção na votação eletrônica.

Luís Paulo Montenegro, em ensaio sobre as eleições de 1998, comenta as diferenças dos totais obtidos pelas candidaturas menos expressivas no modo cédula de papel *versus* urna eletrônica: enquanto nestas o somatório dos votos de todos os candidatos nicos não chegou a 1% (0,96%), nas cidades em que ocorreu a votação com a cédula de papel verificou-se uma proporção três vezes maior, sendo que os candidatos menos expressivos alcançaram juntos 2,85% dos votos.

Analisando-se por região do país, as diferenças ficaram assim: na região Norte, o desempenho dos candidatos minoritários nas cédulas em papel foi 243% melhor do que na votação eletrônica, na região Nordeste 253%, na região Sudeste 172%, na região Sul 178% e na região Centro-Oeste 156%.

Outra constatação que nos permite afirmar que estes candidatos eram bastante beneficiados por erros de preenchimento da cédula na hora de votar, ocorre quando são analisadas estas diferenças de acordo com posição de cada candidato na cédula eleitoral. Os candidatos Tereza Ruiz e Sérgio Bueno não tiveram muita sorte, por não terem ficado ao lado de vizinhos mais abastados de votos, enquanto João de Deus tirou a sorte grande ao ficar entre Ciro Gomes e Lula na cédula eleitoral, recebendo inúmeros votos que o eleitor talvez pretendesse atribuir a um dos dois.

Tabela 1. Comparação dos resultados eleitorais em municípios com urna eletrônica e cédula - Eleição presidencial 1998.

	Total Brasil		Urna eletrônica		Cédulas		Total
	% tot	% nom	% tot	% nom	% tot	% nom	%
Candidatos							
Fernando Henrique	43,14	53,06	42,20	50,00	44,51	57,96	5,5
Lula	25,78	31,71	29,86	35,38	19,83	25,82	-33,6
Ciro Gomes	8,92	10,97	9,49	11,24	8,09	10,54	-14,8
Enéas	1,74	2,14	1,89	2,24	1,51	1,97	-20,1
Outros	1,72	2,12	0,96	1,14	2,85	3,71	196,9
João de Deus	0,24	0,30	0,09	0,11	0,46	0,60	411,1
José Maria Eymael	0,21	0,26	0,09	0,11	0,37	0,48	311,1
Brigadeiro Ivan Frota	0,30	0,37	0,14	0,17	0,54	0,70	285,7
José Maria de Almeida	0,24	0,30	0,12	0,14	0,43	0,56	258,3
Vasco Azevedo Neto	0,13	0,16	0,08	0,09	0,21	0,27	162,5
Alfredo Syrkis	0,25	0,31	0,18	0,21	0,37	0,48	105,6
Sérgio Bueno	0,15	0,18	0,11	0,13	0,21	0,27	90,9
Thereza Tinajero Ruiz	0,20	0,25	0,15	0,18	0,26	0,34	73,3
Branços	8,03		4,17		13,66		227,6
Nulos	10,67		11,43		9,55		-16,4
Total de Brancos / Nulos	18,70		15,60		23,21		48,8
% do eleitorado			57,62		42,38		

Fonte: TSE, apud Montenegro (1998).

HIPÓTESES LIGADAS AOS VOTOS BRANCOS, NULOS E À ABSTENÇÃO

Voto branco, nulo e abstenção podem ser considerados, genericamente, como “alheamento eleitoral”. Alguns autores tratam o alheamento como um fenômeno presente em sistemas eleitorais de voto obrigatório, mas também naqueles de voto facultativo. O alheamento pode estar ligado tanto ao comportamento político - apatia e protesto - quanto a motivações subjetivas - alienação, satisfação, ou insatisfação política.

De acordo com Ramos (2009), o alheamento eleitoral deve ser visto sempre a partir do contexto em que o fenômeno se insere.

“O primeiro pressuposto da categoria alheamento eleitoral é que a política, por mais que seja sempre motivada por interesses e valores (sendo composta, então, de dimensões subjetivas), é eminentemente prática, ou seja, ligada à ação.” (Ramos, 2009, p. 172).

Em democracias representativas como a brasileira, o voto atribui o caráter de legitimidade ao sistema político. Portanto, o comportamento de alheamento eleitoral (votos brancos, nulos e abstenções) colocaria em questão a legitimidade da democracia em Estados modernos com sufrágio universal.

“Por alheamento eleitoral entende-se a manifestação, em uma eleição, de indivíduos que não escolhem um representante político para exercer o poder. A categoria alheamento eleitoral tenta, então, definir uma dimensão obscura na política. Ela denuncia a falência de determinada parcela do eleitorado em prover conteúdos ao formato representativo, ou o objetivo primordial de uma eleição, que é eleger representantes.” (Ramos, 2009, p. 177).

Mas, autores como Bourdieu consideram o alheamento como “uma das condições para o funcionamento do sistema, e não uma mera externalidade.” (apud Ramos, 2009, p. 192). Nesse sentido, ao invés de deslegitimar, o alheamento teria a função de denunciar a pouca participação e o caráter pouco democrático das democracias representativas atuais.

De acordo com Barreto (2008), por traz do conceito de “eleitor” está a ideia de exclusão de uma parcela da população do direito de votar. Ou seja, define quem é o eleitor potencial pois, na prática, uma série de fatores que serão discutidos adiante atuam para a redução dessa população.

Até o século XIX, lutava-se no mundo todo pelo direito ao sufrágio universal³. No Brasil, uma das principais restrições ao voto (a de renda) foi abolida na última década do século, enquanto as mulheres puderam votar apenas nos anos 30 do século XX. Ainda, o voto do analfabeto só foi instituído em 1985⁴ e o limite de idade, que já havia sido de 25 anos, passou a 16 anos a partir da Constituição de 88.⁵

Concomitantemente a isso, em alguns momentos da história, o eleitorado cresceu mais que a população o que, segundo Lima Jr (1995, apud Barreto, 2008), se deve pelo menos a três fatores: ampliação significativa da escolaridade média da população, seu envelhecimento e uma valorização do título de eleitor.

³ Segundo Comparato (2000), na última eleição do período imperial e primeira eleição direta do país (1886), participou apenas 1% da população brasileira. Nos pleitos seguintes, durante a República Velha, a média do eleitorado correspondia a 2,6% da população.

⁴ Emenda constitucional no 25, de 15 de maio de 1985.

⁵ Não esquecendo que o voto de analfabetos e de jovens de 16 a 17 anos é facultativo.

Sobre o período recente, objeto deste artigo, o autor escreve:

“Na mesma medida, houve a redução da taxa de expansão do eleitorado (era de 13% no período 1994-1990, tendo passado a 9,1% em 2006-2002) e de avanço em relação à população (entre 1998 e 2006 passou de 67,5% para 69,1%, ampliação de menos de 2%) (Lima Jr. e Anastasia, 1999; Santos, 2007; TSE, 2008).” (Barreto, 2008, p. 189).

O autor chama de “taxa de alistamento” a proporção de eleitores entre aqueles aptos a serem alistados. Segundo ele, superadas as restrições do direito ao voto, a taxa de alistamento pode ser vista como o principal indicador de “engajamento eleitoral” da população.

Embora tanto os dados de população (IBGE), quanto os do eleitorado (TSE) apresentem defasagens - no caso do TSE, há ainda problemas de cadastro e o fato de que nele são considerados eleitores aqueles alistados no município, ainda que não residam nele (ou seja, migraram mas não transferiram o título) - a taxa de alistamento da população pode ser calculada a partir destas duas informações.

Além da questão do alistamento, o autor aponta para a questão que chama de “marginalização eleitoral”, que estaria ligada à condição socio-econômica, mas também a aspectos subjetivos, culturais e geográficos. Os segmentos mais sujeitos à marginalização seriam, portanto, os idosos, os jovens, os mais pobres, os menos escolarizados, os desempregados ou inativos, os moradores de áreas rurais e menos desenvolvidas. Ou seja, a marginalização estaria ligada a fatores de distanciamento da vida pública. Há que se pensar que tipo de impacto isso tem na participação e, no limite, nos resultados eleitorais.

Feitas as devidas ponderações, neste trabalho, optou-se por trabalhar com a abstenção da forma como é calculada pelo TSE (comparecimento sobre eleitorado apto)⁶.

Considerando-se as motivações para a abstenção, ela pode ser tanto intencional quanto não deliberada (o que diz respeito às ausências motivadas por circunstâncias externas que impediram o comparecimento do eleitor no dia da votação, e que apresenta justificativas aceitas pela Justiça Eleitoral). Outra característica da abstenção é que ela pode ser recorrente ou não. Caso não seja, a abstenção pode tanto ser entendida como tendo ocorrido devido às circunstâncias quanto a uma decisão intencional, isso porque

⁶ Barreto (2008) chama esta de “abstenção técnica” por oposição à “abstenção real” que calcula a ausência a partir da população que poderia votar, mesmo que não tenha se registrado para isso.

casos como os de eleitores que não transferem o título de eleitor, mesmo tendo migrado podem ser entendidos como falta de interesse político, e conseqüentemente, como intenção de não votar.

“A participação política não é conseqüência de estado mental ou cultural de qualquer sociedade, e sim eminentemente uma ação instrumental: as pessoas participam quando e se as suas ações são compreendidas, por elas próprias, como sendo capazes de produzir um resultado desejado.” (Barreto, 2008, p. 200).

Assim, a participação política estaria ligada às características do sistema político e à forma como ele se organiza, para além das questões motivacionais, já que esse sistema ofereceria diferentes estímulos à participação para os diversos segmentos populacionais. Apesar disso, alguns autores ponderam que ocorreu uma série de movimentos na abstenção que não estão ligados a mudanças institucionais significativas.

Podemos entender então a abstenção como um fenômeno complexo e com condicionantes múltiplas, que podem estar ligadas tanto aos aspectos objetivos (do sistema eleitoral), quanto subjetivos (da motivação individual propriamente dita).

O texto de 2004 de Balbachevsky e Holzhacker traz luz a alguns temas que envolvem, por oposição à questão da abstenção, o comportamento do eleitor e a motivação do voto. Enquanto alguns autores atribuem uma maior importância para a identidade partidária (modelo de Michigan⁷), outros têm como foco a racionalidade da decisão do eleitor (escolha racional⁸). Outros ainda, como Lipset, defendem que os resultados eleitorais refletem as clivagens sociais. As autoras, no entanto, se filiam a uma outra linha de análise, a do voto como “ação social”:

⁷ “A Escola de Michigan consagrou a identificação partidária como fator explicativo da escolha eleitoral. Em tal perspectiva, a identificação se originaria de uma adesão de base psicológica aos partidos constatada por meio de dados de surveys sobre comportamento eleitoral. Tratar-se-ia de uma identidade partidária forjada em bases afetivas no processo de socialização e, portanto, mais resistente a mudanças ou influências de outra ordem, daí ser também conhecida como teoria psicossociológica do voto.” (Carreirão e Kinzo, 2004, p. 132).

⁸ “Para Downs (1957), a identificação partidária explica-se porque os partidos (e as ideologias políticas) são referenciais que os eleitores usam para diminuir custos de obtenção e processamento das informações políticas necessárias para sua tomada de decisão. Observando em algumas ocasiões que um partido se comporta em conformidade com seus interesses, o eleitor pode, em uma próxima eleição, utilizar esse conhecimento prévio para decidir seu voto, economizando recursos (especialmente tempo) para se informar e fazer sua escolha. Além disso, como muitas vezes determinados partidos acabam defendendo certas idéias mais do que outros, a identificação com o partido acaba sendo o resultado de uma decisão racional e não simplesmente de uma identificação afetiva ou normativamente fundada, como preconiza a teoria psicossociológica.” (Carreirão e Kinzo, 2004, p. 133).

“A hipótese subjacente ao presente estudo é que é possível compreender o voto como uma ação social, tal como foi definida por Touraine (1965). Assim, as motivações subjacentes à decisão do eleitor são variadas, mas obedecem a um padrão bastante definido, que pode ser compreendido considerando-se três estratégias possíveis: a expressão de uma identidade com o candidato (ou com as forças políticas que o apóiam, especialmente seu partido); o seu potencial de oposição e a sua credibilidade como político capaz de realizar os objetivos que o eleitor valoriza.” (Balbachevsky e Holzacker, 2004, p. 244).

Contudo, tais estratégias não seriam decididas em abstrato, e sim no contexto da campanha eleitoral, já que os diversos fatores que influenciam essas estratégias sofreriam variações dependendo do contexto eleitoral apresentado. Um dos exemplos utilizados pelas autoras diz respeito a uma maior importância da identificação com o candidato nas eleições com a presença de Lula, embora esse aspecto tenha tido mais efeito na eleição de 2002, quando não eram percebidas diferenças marcantes entre os demais candidatos.

Diversos autores defendem que uma das principais funções dos partidos é servir de referência e fonte rápida de informação para a tomada de decisão dos eleitores. A multiplicidade de partidos que compõem o sistema partidário brasileiro, ao contrário, pode prejudicar a percepção de diferenciação entre os partidos, e realmente dificulta quando não se tratam dos grandes e principais partidos brasileiros. Mesmo entre PT e PSDB, por exemplo, o eleitorado percebe menos diferenças hoje do que na primeira eleição de Lula, em 2002, como demonstram as evidências empíricas do ESEB organizadas por Paiva, Braga e Pimentel Jr (2007). Os autores explicam que, em 2006, possivelmente pelo fato do PT ter chegado ao poder, o partido tornou-se tão indiferenciado quanto os demais.

Tratando-se especificamente dos partidos, o sistema partidário brasileiro constitui-se de maneira bastante peculiar, o que explica a multiplicidade de legendas que existem hoje, o que complica bastante as estratégias de escolha dos eleitores:

“Em primeiro lugar, após o golpe militar que deu origem ao regime autoritário, o sistema partidário então vigente foi extinto e substituído pelo bipartidarismo que, apesar do regime de exceção, funcionou de forma ininterrupta. A partir de 1974, a oposição, representada pelo MDB, foi se fortalecendo e se estruturando, o que levou à estratégia deliberada do regime de minar e fragmentar a oposição por meio da restituição do pluripartidarismo (REIS, 1978; KINZO, 1988; LAMOUNIER, 1988).

Em segundo lugar, durante a redemocratização, um novo sistema partidário foi instituído e novas agremiações partidárias foram criadas, seja por meio de cisões nos partidos herdeiros do capital eleitoral e organizacional acumulado ao longo do bi-partidarismo, seja através de fusões. Ou ainda, a partir de novos grupos sociais organizados durante o processo de transição política (NICOLAU, 1996; BRAGA, 2006). Diante desse quadro, o eleitorado teve, então, que se ajustar a um novo cenário com ampla oferta partidária e buscar compreender e diferenciar perfis ideológicos e programáticos. Em vários outros países, após a democratização, houve a reativação do antigo sistema partidário, o que diminuiu os custos de informação para o eleitorado.” (Paiva, Braga e Pimentel Jr, 2007, p. 389).

Nesse sentido, o vínculo dos eleitores com o partidos tende a ser menos ideológico e programático no Brasil, comparado a democracias mais maduras ou àquelas cujo sistema é bi-partidário.

EFEITOS DA URNA ELETRÔNICA NA PROPORÇÃO DE VOTOS BRANCOS E NULOS

Antes da adoção da urna eletrônica no Brasil, os votos brancos e nulos para deputado, tanto estadual quanto federal, poderiam ser, em grande parte, consequência de dificuldades de leitura e escrita dos eleitores, ou seja, involuntários. Na medida em que o processo de votação nestes cargos tornou-se mais “fácil”⁹ (digitar um número, ao invés de escrever um nome) o eleitor, principalmente o de menor escolaridade, consegue ser mais efetivo no momento da votação.

Além disso, o eleitor precisa hoje se preparar melhor para o momento da votação, para a qual passa a ser necessário um conhecimento prévio do número dos candidatos (enquadram-se aqui todas as possibilidades, desde realmente ter familiaridade com o número da legenda e do candidato, memoriza-lo para votar, ou simplesmente levar uma cola para o interior da cabine, o que é feito por uma quantidade muito grande de eleitores, preparados ou não).

⁹ De acordo com o INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional do IPM/ IBOPE e Ação Educativa, as habilidades de numeramento são, em geral, mais desenvolvidas que as habilidades de letramento, pois no cotidiano os indivíduos tendem a ter maior necessidade de trabalhar com números (ao pagar contas, tomar ônibus, etc) do que com as “letras”.

Tabela 2. Proporção de votos brancos e nulos e abstenção - Eleições para deputados estaduais, 1982-2006.

	Votos NULOS	Votos em BRANCO	NULOS+ BRANCOS	ABSTENÇÃO
1982	5%	12%	17%	18%
1986	6%	22%	28%	5%
1990	13%	26%	39%	14%
1994	21%	14%	35%	18%
1998	9%	9%	18%	21%
2002	3%	5%	8%	18%
2006	5%	6%	11%	17%
2010	5%	6%	11%	18%

Fonte: TSE.

Tabela 3. Proporção de votos brancos e nulos e abstenção - Eleições para deputados federais, 1982-2006.

	Votos NULOS	Votos em BRANCO	NULOS+ BRANCOS	ABSTENÇÃO
1982	4%	11%	15%	18%
1986	6%	22%	28%	5%
1990	14%	30%	44%	14%
1994	25%	16%	41%	18%
1998	10%	10%	20%	21%
2002	3%	5%	8%	18%
2006	5%	6%	11%	17%
2010	5%	7%	12%	18%

Fonte: TSE.

A observação das tabelas 2 e 3 acima, comparadas com a tabela 4, abaixo, demonstra que, em cada eleição, os índices de votos brancos e nulos, somados, para deputado estadual e federal ficam em patamares iguais ou inferiores até aos votos brancos e nulos para governador (tabelas seguintes). O que poderíamos esperar seria uma grande proporção de votos não válidos para os cargos de deputado federal e estadual, uma vez grande parte dos eleitores, notoriamente decide por um candidato para estas vagas somente às vésperas da eleição, assim como são poucos os que se lembram em quem votaram para os cargos proporcionais.

Além da maior facilidade proporcionada pela urna eletrônica para votarmos nestes cargos, uma hipótese para a comparativamente baixa quantidade de brancos e nulos para deputado é o desconhecimento, por parte dos eleitores, da ordem em que os cargos

estão dispostos na urna eletrônica. O eleitor pode supor uma “hierarquia” dentre os cargos, vindo em primeiro lugar o cargo de presidente, que ao longo da campanha geralmente recebe mais espaço do que os demais, seguido pelo governador, depois senador e, enfim, pelos deputados. Ao ser surpreendido pelo cargo de deputado em primeiro lugar, o eleitor pode simplesmente inserir o voto na legenda que receberia seu voto para presidente, e fazer o mesmo para governador.

É frequente o depoimento de pessoas que trabalham como mesários, sobre eleitores que saem da cabine de votação reclamando não terem visto a foto de seu candidato, mesmo afirmando terem votado nele. Também é recorrente o relato de eleitores que passam um tempo enorme na urna, por não conseguirem votar como pretendiam, ou pessoas que tentam deixar a cabine antes de votar em todos os cargos, julgando terem concluído o processo.

Tabela 4. Proporção de votos brancos e nulos e abstenção - Eleições para governador - 1º e 2º Turno, 1982-2010.

	Votos NULOS	Votos em BRANCO	NULOS+ BRANCOS	ABSTENÇÃO
1982	3%	8%	10%	18%
1986	4%	10%	14%	5%
1990	-	-	24%	14%
1994 1º Turno	8%	18%	26%	18%
1994 2º Turno	10%	1%	11%	22%
1998 1º Turno	9%	12%	21%	21%
1998 2º Turno	4%	1%	6%	22%
2002 1º Turno	7%	4%	11%	18%
2002 2º Turno	4%	2%	6%	18%
2006 1º Turno	7%	4%	11%	17%
2006 2º Turno	8%	2%	10%	18%
2010 1º Turno	8%	5%	12%	18%
2010 2º Turno	6%	2%	8%	23%

Fonte: TSE.

Na tabela 5, abaixo, observa-se uma diminuição dos votos brancos e nulos para presidente no segundo turno em relação ao primeiro, em todas as eleições que ocorreram após a adoção da urna eletrônica. O que poderia explicar este fenômeno quando o esperado seria o aumento deste tipo de voto? O eleitor que não votou em nenhum dos dois candidatos vencedores no primeiro turno poderia decidir pela anulação de seu voto

no segundo, ou por deixá-lo em branco. Estes votos seriam acrescidos aos dos eleitores que, no primeiro turno já tivessem optado por votar em branco ou nulo, e que não teriam motivos para votar em um candidato no segundo turno.

O que parece muito provável é que, no segundo turno, o processo seja tão simplificado pela redução do número de cargos (vota-se somente para presidente e/ou governador no segundo turno), que elimine sensivelmente a quantidade de votos anulados por erro.

Tabela 5. Proporção de votos brancos e nulos e abstenção - Eleições para presidente - 1º e 2º Turno, 1989-2010.

	Votos NULOS	Votos em BRANCO	NULOS+ BRANCOS	ABSTENÇÃO
1989 1º Turno	5%	2%	6%	12%
1989 2º Turno	4%	1%	6%	14%
1994 1º Turno	10%	9%	19%	18%
1998 1º Turno	11%	8%	19%	21%
2002 1º Turno	7%	3%	10%	18%
2002 2º Turno	4%	2%	6%	20%
2006 1º Turno	6%	3%	8%	17%
2006 2º Turno	5%	1%	6%	19%
2010 1º Turno	6%	3%	9%	18%
2010 2º Turno	5%	2%	7%	20%

Fonte: TSE.

Pesquisa realizada pelo IBOPE após o primeiro turno das eleições de 2010¹⁰, entre os dias 15 e 18 de outubro, constatou que pelo menos 14% dos eleitores tiveram alguma dificuldade em registrar seu voto em algum cargo (5% assumem terem tido muita dificuldade com este processo). Surpreendentemente, este comportamento não ficou restrito a eleitores com menor escolaridade, menor renda, e que residem em locais com menor infraestrutura, como se poderia supor a princípio. A distribuição das respostas mostra claramente que, embora tenham se sobressaído um pouco os eleitores mais velhos, e os de menor escolaridade (praticamente um quarto destes relata ter encontrado muita ou pelo menos alguma dificuldade com a quantidade e ordem dos cargos na urna eletrônica), este problema está presente em todos os demais segmentos, para todas as

¹⁰ A pergunta era a seguinte: No último dia 3 o eleitor teve que votar para deputado estadual e federal, para dois senadores, para governador e para presidente. Considerando que eram ao todo seis votos, ou seja, seis candidatos para quem o(a) sr(a) deveria digitar os números da urna eletrônica, o(a) sr(a) diria que: teve bastante dificuldade para votar (5%), teve alguma dificuldade para votar (9%), ou não teve dificuldade para votar nos seus candidatos na urna eletrônica (85%).

variáveis avaliadas, e distribui-se de maneira muito parecida em todas as regiões do país, e por tipo e porte dos municípios.

Tabela 6A. Distribuição dos eleitores por nível de dificuldade de votar nas eleições de 2010.

RESPOSTA	TOTAL	SEXO		IDADE					ESCOLARIDADE			
		MAS	FEM	16 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 E MAIS	ATÉ 4ª SÉRIE DO FUND.	5ª A 8ª SÉRIE DO FUND.	ENS. MÉDIO	SUPE-RIOR
BASE	1868	890	978	378	235	412	368	475	516	417	663	272
Teve bastante dificuldade para votar	5%	5%	5%	3%	3%	3%	6%	9%	9%	5%	2%	4%
Teve alguma dificuldade para votar	9%	8%	10%	6%	6%	8%	7%	16%	15%	9%	6%	7%
Não teve dificuldade para votar nos seus candidatos na urna	85%	86%	84%	91%	90%	89%	87%	73%	74%	86%	92%	88%
Não sabe/ Não respondeu	1%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	2%	1%	0%	0%	1%

Fonte: IBOPE.

Tabela 6B. Distribuição dos eleitores por nível de dificuldade de votar nas eleições de 2010.

RESPOSTA	TOTAL	REGIÃO				CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO			PORTE DO MUNICÍPIO (EM NÚMERO DE HABITANTES)		
		NORTE/CENTRO OESTE	NOR-DESTE	SUDESTE	SUL	CAPITAL	PERIFERIA	INTERIOR	ATÉ 20 MIL	MAIS DE 20 A 100 MIL	MAIS DE 100 MIL
BASE	1868	252	508	825	283	501	249	1118	425	434	1009
Teve bastante dificuldade para votar	5%	7%	4%	6%	4%	5%	4%	6%	4%	5%	6%
Teve alguma dificuldade para votar	9%	13%	7%	9%	11%	9%	10%	9%	8%	10%	10%
Não teve dificuldade para votar nos seus candidatos na urna	85%	79%	89%	84%	86%	86%	85%	85%	87%	85%	84%
Não sabe/ Não respondeu	1%	1%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	1%	0%	1%

Fonte: IBOPE.

ABSTENÇÃO: FENÔMENO QUE NÃO SOFREU EFEITOS DO USO DA URNA ELETRÔNICA

Observando-se as tabelas 2 a 5, podemos verificar que a adoção da urna eletrônica não teve impactos na proporção de eleitores que não compareceram às urnas nas eleições analisadas, já que os percentuais de abstenções registrados antes e depois de 1996-1998 são muito semelhantes àqueles registrados na primeira década dos anos 2000.

No Brasil, apesar da obrigatoriedade do voto, as sanções para os eleitores ausentes sem justificativa são praticamente inócuas. Além disso, não existem incentivos para a atualização do cadastro eleitoral e nem para a transferência do título de eleitor uma vez que o indivíduo tenha migrado definitivamente para outro município ou Estado.

Da mesma forma, ao contrário dos votos brancos e nulos, a proporção de eleitores que se abstém de votar no segundo turno é superior àquela verificada no segundo turno. O aumento da abstenção no segundo turno parece ocorrer mais pela ausência dos candidatos a deputado do que dos candidatos ao governo do Estado - ou seja, a política local é mais importante e pode ser motor para o desempenho de candidatos em outras esferas de governo. Em alguns Estados caracterizados por grandes extensões territoriais e dificuldades de deslocamento, como é o caso de Estados do norte e do centro-oeste do país, independente de haver ou não segundo turno para governador, os políticos locais, que já foram ou não eleitos para deputado, não têm incentivos para prover transporte aos eleitores. Nesses casos, a abstenção cresce significativamente do primeiro para o segundo turno.

Tabela 7. Abstenção - Comparativo 1º e 2º Turno, 2010.

UF	1º turno	2º turno	Varição do 1º para o 2º turno	Teve eleição para governador no 2º turno
Tocantins	18%	27%	43%	Não
Amazonas	20%	27%	34%	Não
Mato Grosso do Sul	18%	24%	33%	Não
Rio Grande do Norte	16%	22%	32%	Não
Acre	23%	29%	26%	Não
Mato Grosso	21%	26%	24%	Não
Maranhão	24%	30%	23%	Não
Sergipe	17%	21%	23%	Não
Rio de Janeiro	17%	21%	21%	Não
Santa Catarina	14%	17%	20%	Não
Espírito Santo	17%	21%	20%	Não
Paraná	16%	20%	19%	Não
Rio Grande do Sul	15%	18%	19%	Não
São Paulo	16%	19%	17%	Não
Ceará	20%	23%	15%	Não
Bahia	22%	25%	15%	Não
Minas Gerais	18%	21%	14%	Não
Pernambuco	19%	22%	13%	Não
Roraima	14%	18%	31%	Sim
Amapá	15%	19%	31%	Sim
Pará	21%	27%	26%	Sim
Distrito Federal	15%	19%	25%	Sim
Goiás	18%	22%	24%	Sim
Rondônia	22%	26%	19%	Sim
Alagoas	22%	26%	19%	Sim
Piauí	20%	23%	15%	Sim
Paraíba	18%	19%	3%	Sim

Fonte: TSE.

Em 2010 houve um aumento médio de 22% na abstenção do segundo turno em relação ao primeiro. Dentre os estados em que a eleição para governador foi decidida já no primeiro turno, o aumento médio foi de 23%, caindo para 21% naqueles em que também ocorreu votação para governador no segundo turno, além da votação para presidente.

Na tabela 8 abaixo, referente à eleição presidencial de 2010, não se observa um padrão linear na distribuição geográfica dos votos brancos e nulos, e tampouco da abstenção. Enquanto nas regiões Norte e Nordeste as taxas de abstenção são ligeiramente mais altas do que nas demais, e no Sul é a mais baixa de todas, o somatório dos votos brancos e nulos é mais alto na região Nordeste, mas no Norte é o mais baixo de todas.

Tabela 8. Abstenção, votos em branco e nulos por UF e região - Eleições para presidente, 2010.

UF / REGIÃO	ABSTENÇÃO	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS	BRANCOS + NULOS
AC	23%	1%	4%	5%
AM	20%	1%	5%	6%
AP	15%	1%	4%	5%
PA	21%	2%	4%	6%
RO	22%	2%	5%	7%
RR	14%	1%	4%	5%
TO	18%	1%	7%	8%
Norte	20%	2%	4%	6%
AL	22%	4%	8%	12%
BA	22%	3%	8%	11%
CE	20%	3%	8%	11%
MA	24%	2%	8%	10%
PB	18%	4%	10%	13%
PE	19%	4%	8%	12%
PI	20%	2%	9%	11%
RN	17%	4%	9%	13%
SE	17%	4%	7%	10%
Nordeste	20%	3%	8%	11%
ES	17%	3%	5%	8%
MG	18%	4%	5%	9%
RJ	17%	4%	7%	11%
SP	16%	3%	4%	7%
Sudeste	17%	3%	5%	8%
PR	16%	3%	4%	7%
RS	15%	4%	3%	7%
SC	14%	3%	4%	7%
Sul	15%	3%	4%	7%
DF	15%	2%	4%	6%
GO	18%	3%	5%	7%
MS	18%	2%	5%	7%
MT	21%	2%	5%	7%
Centro-Oeste	18%	2%	5%	7%
Total Geral	18%	3%	6%	9%

Embora, de modo geral, as taxas de abstenção mais expressivas sejam registradas em municípios de menor porte, a proporção de eleitores das capitais que deixam de votar não

é tão diferente da proporção de eleitores com o mesmo comportamento no interior dos estados. E, da mesma forma como se observa na tabela anterior, não há um padrão linear entre as capitais de diferentes regiões. Apesar disso, destacam-se pela grande proporção de brancos e nulos as cidades de Salvador, Natal e Rio de Janeiro.

Tabela 9. Abstenção, votos em branco e nulos nas capitais - Eleições para presidente, 2010.

REGIÃO	MUNICÍPIO - IBGE	ABSTENÇÃO	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS	BRANCOS + NULOS
Norte	RIO BRANCO	21%	1%	3%	4%
	MANAUS	16%	2%	4%	5%
	MACAPÁ	15%	1%	3%	4%
	BELÉM	21%	2%	3%	5%
	PORTO VELHO	20%	2%	4%	6%
	BOA VISTA	17%	1%	3%	4%
	PALMAS	18%	1%	3%	5%
Nordeste	MACEIÓ	20%	4%	6%	9%
	SALVADOR	22%	4%	7%	11%
	FORTALEZA	19%	3%	5%	8%
	SÃO LUÍS	23%	2%	4%	6%
	JOÃO PESSOA	16%	3%	6%	9%
	RECIFE	19%	4%	5%	9%
	TERESINA	18%	2%	4%	6%
	NATAL	20%	4%	7%	11%
Sudeste	ARACAJU	18%	3%	5%	8%
	VITÓRIA	20%	2%	3%	6%
	BELO HORIZONTE	19%	4%	5%	9%
	RIO DE JANEIRO	22%	4%	8%	11%
Sul	SÃO PAULO	18%	3%	4%	7%
	CURITIBA	17%	3%	4%	6%
	PORTO ALEGRE	19%	4%	4%	7%
Centro-Oeste	FLORIANÓPOLIS	19%	3%	5%	8%
	BRASÍLIA	18%	2%	4%	6%
	GOIÂNIA	20%	2%	4%	7%
	CAMPO GRANDE	17%	2%	4%	6%
	CUIABÁ	19%	2%	4%	6%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de estatísticas de eleitorado do Tribunal Superior Eleitoral, sobretudo as proporções de votos brancos, nulos e de abstenções, foi possível avançar algumas hipóteses sobre os impactos da adoção da urna eletrônica no processo eleitoral.

Enquanto as fraudes e os erros parecem ter diminuído consideravelmente, alguns processos que envolvem a compra de votos e o favorecimento de eleitores e aliados ainda persistem. Da mesma forma, permanece também o problema da falta de formação e de preparação do eleitor para o exercício do direito ao voto, que se tornou universal no país apenas nas últimas décadas.

A influência da adoção da urna eletrônica em alguns aspectos, como a maior facilidade para que o eleitor vote para deputado estadual e federal, pode ser comprovada por observação e através da análise dos dados aqui apresentados. Outros efeitos, contudo, podem ser apenas inferidos: qual a proporção de eleitores que não conseguem registrar seu voto por dificuldades com o manuseio da urna? Quantos se confundem por não esperar que os cargos sejam apresentados nesta ordem na urna eletrônica? O estabelecimento de uma ordem baseada na “hierarquia” dos cargos poderia contribuir significativamente para diminuir os erros, principalmente nas eleições para pelo menos 5 cargos (presidente, governador, senador e deputados)?

Também não restam dúvidas, diante de tantas evidências, de que as taxas de abstenção declaradas pelo TSE são fortemente inflacionadas pela desatualização do cadastro de eleitores. Caberia à Justiça Eleitoral maior celeridade na organização e manutenção dos títulos de eleitor, em busca de uma maior aproximação das quantidades de eleitores de cada estado e município com as informações sobre população adulta fornecidas pelo IBGE.

Com relação às denúncias de fraudes, embora o sistema pareça seguro o suficiente para proporcionar as garantias que um processo desta importância requer, seria conveniente também que a Justiça Eleitoral adotasse algum mecanismo, dentre os que já são atualmente sugeridos, como impressão e contagem posterior do voto impresso, de forma a tornar o instrumento absolutamente imune a críticas e proporcionar ao eleitor toda a tranquilidade necessária para o exercício de seu direito.

De qualquer forma, o controle e a manipulação do voto parecem continuar ocorrendo à margem do sistema eleitoral, sem a necessidade de interferência nas urnas eletrônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Lucia; WALTER, Maria Inez. 2008. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, no 1, Maio, 2008, p. 96-122.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde. 2004. Identidade, oposição e pragmatismo: O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. X, no 2, Outubro, 2004, p. 242-253.

BARRETO, Alvaro Augusto. 2008. O eleitor ausente - O não comparecimento às urnas na discussão das Ciências Sociais. *Civitas* v. 8, n. 2. Porto Alegre, p. 187-206. Mai-ago 2008.

BORGES, Andre. 2010. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, fev. 2010.

BRUNAZZO FILHO, Amilcar; CORTIZ, Maria Aparecida. 2006. *Fraudes e defesas no voto eletrônico*. São Paulo, Editora All Print.

CARREIRÃO, Yan; KINZO, Maria D'Alva. 2004. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 131 a 168.

COMPARATO, Fabio. 2000. Sentido e alcance do processo eleitoral no regime democrático. *Estudos Avançados* 14 (38).

LEAL, Vitor Nunes. 1949. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Forense.

LIMA JR, Olavo Brasil. 1999. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. RBCS, volume 14, n. 40.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. 2006. Eleições e representação. Lua Nova 67, 105-138.

MONTENEGRO, Luis Paulo. 1998. A margem de erro da eleição. In mimeo.

NICOLAU, Jairo, 2004. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Setembro de 2004.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro; PIMENTEL JR, Jairo Tadeu. 2007. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. Opinião Pública, Campinas, vol. 13, no 2, Novembro, 2007, p.388-408.

RAMOS, Paola Novaes. 2009. Alheamento eleitoral: reflexões sobre o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções na teoria política contemporânea. Mediações v. 14, n.1, p. 170-199, Jan/Jun. 2009.

SPECK, Bruno. 2003. A compra de votos - uma aproximação empírica. Opinião Pública, Campinas, Vol.IX, No 1, 2003, pp.148-169.

VILLELA, Jorge Mattar. 2004. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco. Mana 11(1), p. 267-296.